

# Juventude e Trabalho

Qual foi o Impacto da Crise na Renda dos Jovens? E nos Nem-Nem?



**FGV SOCIAL**  
CENTRO DE  
POLÍTICAS SOCIAIS

Parte Integrante do Projeto “Atlas das Juventudes”

Idealização e Coordenação



Apoiadores



NERI, Marcelo C. (Coordenador)

"Juventude e Trabalho - Qual foi o Impacto da Crise na Renda dos Jovens? E nos Nem-Nem? ", Rio de Janeiro, RJ – Novembro/2019 - FGV Social – 28 páginas - <https://cps.fgv.br/juventude-trabalho>

1. Juventude. 2. Mercado de Trabalho. 3. Desigualdade 4. Desemprego

As manifestações expressas por integrantes dos quadros da Fundação Getulio Vargas, nas quais constem a sua identificação como tais, em artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação em geral, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional da FGV. Portaria FGV N°19.

# Juventude e Trabalho

## Qual foi o Impacto da Crise na Renda dos Jovens? E nos Nem-Nem?

### Resumo

Os últimos microdados da PNADC disponíveis revelam que os jovens foram os maiores perdedores de renda do trabalho nos últimos cinco anos. Enquanto outros grupos tradicionalmente excluídos como analfabetos, negros e moradores das regiões Norte e Nordeste apresentam reduções de renda pelos menos duas vezes maior que a da média geral. Esta perda foi 5 e 7 vezes mais forte entre jovens de 20 e 24 anos e entre os jovens adolescentes, respectivamente. Há aumento de desigualdade de renda entre os jovens de 15 a 29 anos 41,2% maior que o aumento observado para o conjunto da população indicando a necessidade de entender a dinâmica dos diversos segmentos juvenis. Senão vejamos: entre o quarto trimestre de 2014 e o segundo trimestre de 2019 a perda de renda média acumulada de -14,66% dos jovens menos expressiva que a de alguns grupos de jovens: 15 e 19 anos (-26,54%), 20 e 24 anos (-17,76%), nordestinos (-23,58%) e analfabetos (-51,1%).

De maneira geral entre os jovens a renda da metade mais pobre caiu -24,24% contra -14,66% da média geral. Os fatores de queda de renda e de aumento de desigualdade entre os jovens são os mesmos aumento de desemprego, redução de jornada de trabalho, queda do salário por hora/ano de estudo. Enquanto os anos de estudo e a participação trabalhista que são as variáveis mais sob o controle dos jovens atenuam duplamente os efeitos desta recessão excludente.

Em meio a esta tragédia juvenil há algumas novas direções. A partir do primeiro trimestre de 2017 as perdas da média e da desigualdade de renda desses jovens são interrompidas. O governo federal anunciou a tentativa de redução de encargos trabalhistas de cerca de 30% do primeiro emprego para jovens de 18 a 29 anos a ser avaliada. iii) há melhoras ainda que modestas na frequência escolar do jovem. Mas o resumo da ópera é preocupante. A proporção deles que não estudam nem trabalham sobe de 23,4% em 2014 para 26,2% 2019<sup>1</sup>.

O objetivo deste estudo é caracterizar a evolução trabalhista e educacional dos jovens de 15 a 29 anos nos últimos cinco anos. Disponibilizamos na página da pesquisa banco de dados interativo que permite explorar diversidade de trajetórias observadas neste segmento e seus fatores determinantes.

---

<sup>1</sup> Isto significa que a perda relativa dos jovens no período anterior foi ainda mais forte. O papel das recentes reformas trabalhistas e do ensino médio devem ser objeto mais detalhado de pesquisa.



# **Juventude e Trabalho:**

## **Qual foi o Impacto da Crise na Renda dos Jovens? E nos Nem-Nem?**

(Microdados até meados de 2019)

Coordenação: Marcelo Neri – FGV Social e FGV EPGE

**Novembro de 2019**

### **1. Introdução**

Na pesquisa “A Escalada da Desigualdade” lançada em agosto de 2019, identificamos e datamos o período de crise em termos da evolução da média e da concentração de renda do trabalho do conjunto de brasileiros. O começo da piora destas variáveis vem do quarto trimestre de 2014, logo após o segundo turno do pleito presidencial, e persiste na piora da desigualdade de renda até pelo menos o segundo trimestre de 2019. A PNADC revela que os jovens são os maiores perdedores desse interregno de retrocessos trabalhistas. Enquanto outros grupos tradicionalmente excluídos - como: analfabetos, negros e moradores das regiões Norte e Nordeste - apresentam reduções de renda pelos menos duas vezes maior que a da média geral nesse período, a perda foi 5 e 7 vezes mais forte para jovens entre 20 e 24 anos e os jovens adolescentes, respectivamente. Não por coincidência, aqueles que ocupam a posição de filhos na família – posição associada aos jovens - também perdem quatro vezes mais que a média.

O objetivo deste estudo é caracterizar este período crítico sob a ótica dos jovens olhando inicialmente para a evolução da renda média, da desigualdade e do bem estar trabalhista deles vis-à-vis ao conjunto da população. Cada um destes indicadores sintetiza o progresso e a diversidade da vida trabalhista. Depois abrimos esta análise dos jovens pelos mesmos grupos sociais tradicionalmente excluídos citados (analfabetos, negros, nordestinos, etc). Uma contribuição essencial deste texto é abrir os determinantes próximos da evolução da renda individual dos jovens através de componentes clássicos de mercado de trabalho, tais como taxas de desemprego e de participação no mercado de trabalho, jornada de trabalho, nível e retorno da educação. Esta metodologia nos permite alinhar e comparar elementos trabalhistas dos jovens com o de adultos não jovens.

Outra linha de investigação - seguida na parte final do estudo - descreve a evolução das combinações de status do binômio educação e trabalho entre jovens. Em particular, o conceito dos nem-nem, isto é, os jovens fora do mercado de trabalho e de instituições educacionais, oferece alternativa útil para descrever os desafios desta fase de transição da infância à idade adulta no ciclo da vida dos indivíduos. Na infância e adolescência a principal atividade é o estudo e na fase adulta não idosa é o trabalho. As mudanças acontecidas neste período deixam marcas na trajetória futura dos jovens.

As duas abordagens utilizadas no estudo se mostram complementares apontando grupos de jovens mais afetados pela crise trabalhista recente. As duas metodologias convergem em apontar marcadas perdas para o conjunto dos jovens nos últimos cinco anos, com alguma inversão de tendência na segunda parte do período. Na abordagem nem-nem há ganhos no final período que significam uma reversão parcial das perdas anteriores. No caso da abordagem de renda e seus determinantes trabalhistas, a boa notícia é que os jovens pararam de cair desde 2017. De qualquer forma, se há marcadas perdas para os jovens no período como um todo, com recuperação ou estabilidade na segunda metade do período, isto significa perdas juvenis concentradas entre o final de 2014 e idos de 2017.

Outra função do presente estudo é exemplificar através dos temas acima citados as possibilidades de utilização do banco de dados interativo disponibilizado junto com a pesquisa. Isto vai permitir ao leitor aplicar estes dispositivos em outros temas, períodos ou sub-grupos de interesse. Lançamos mão de microdados que a partir de 15 de agosto de 2019 chegam ao período de abril a junho de 2019. Como a série histórica anterior destes mesmos dados foi ajustada pelo IBGE no dia 29 de julho de 2019<sup>2</sup>, investigamos para frente e para trás a duração da escalada da desigualdade e a queda da renda média. Em todos os casos usamos conceitos que incorporam pessoas, ocupadas ou não, legalmente registrados ou não, de forma a incorporar os impactos do desemprego, da informalidade e da demografia na análise. Usamos o conceito de renda habitual pela sua maior estabilidade ao longo do tempo, seja em relação a mudanças implementadas na mesma base, seja em relação à continuidade usada na PNAD

---

<sup>2</sup> A revisão metodológica incluiu imputação de valores substituindo uma repetição de um mesmo valor de renda R\$ 99 específico que aparecia mais de 10 mil vezes em 2014. Outro ajuste foi a exclusão de um novo milionário provavelmente fictício do setor de transporte que havíamos endereçado em Neri (2018) <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=microdados>. Além disto o IBGE fez há pouco tempo uma reponderação dos microdados pela Projeção Populacional de 2018, publicada este ano [ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Nota\\_Tecnica/Nota\\_Tecnica\\_Estimativas\\_da\\_populacao\\_para\\_o\\_calculo\\_dos\\_pesos\\_para\\_a\\_expansao\\_da\\_amostra\\_da\\_PNAD\\_Continua\\_e\\_reponderacao.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_Estimativas_da_populacao_para_o_calculo_dos_pesos_para_a_expansao_da_amostra_da_PNAD_Continua_e_reponderacao.pdf)

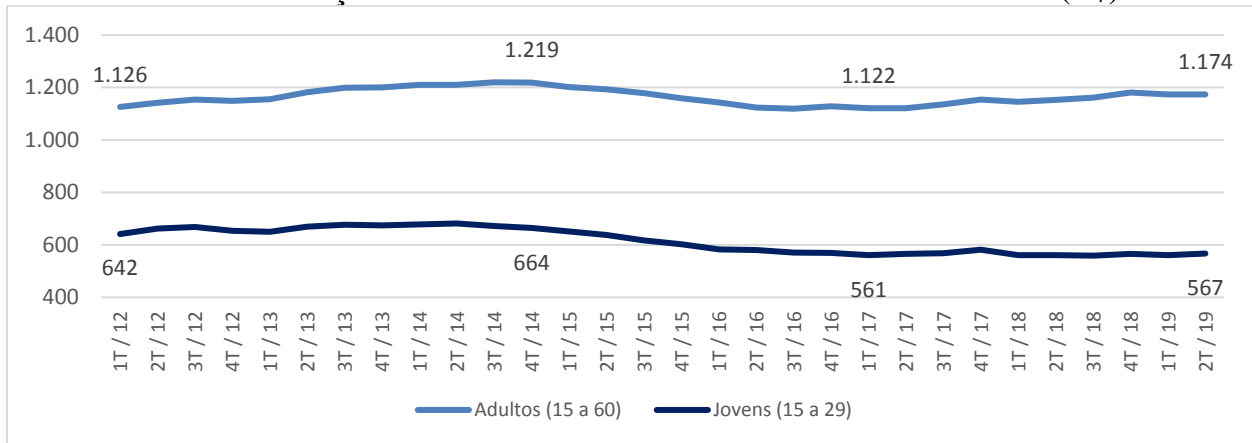
tradicional. A fonte central é a PNADC trimestral pelo maior avanço no tempo em relação às alternativas disponíveis. Na opção adotada temos uma defasagem média de processamento dos microdados de cerca de 3 meses em relação às mudanças observadas. Se a alternativa adotada fosse usar o conceito de renda efetiva, aumentaríamos a defasagem média em um mês, além de adicionar mais volatilidade e sazonalidade às séries. Se a opção fosse usar a PNADC em bases anuais estaríamos hoje ainda falando de 2018, ou seja, uma defasagem média acrescida de um ano em relação ao exercício aqui realizado. Por outro lado, a PNADC anual divulgada a cada 12 meses permite avançar nas outras fontes de renda. No Apêndice A apresentamos a evolução de medidas alternativas baseadas em outros conceitos de renda. A PNADC trimestral, restrita a renda do trabalho, formal e informal, permite detalhar algumas das causas próximas da dinâmica do bem-estar social, leia-se renda média e desigualdade. No Apêndice B descrevemos os detalhes da metodologia.

## **2. Evolução da Desigualdade, Renda Média e do Bem-Estar Social**

O primeiro passo é plotar as séries dos principais conceitos de bem-estar social baseados em renda individual do trabalho. Em geral, a literatura explora estes indicadores baseados em renda domiciliar per capita de todas as fontes. Dado o nosso interesse de enxergar um grupo específico de jovens, a relevância do tema de desemprego para este grupo e a disponibilidade de informações mais recentes restrita aos dados trabalhistas, restringimos a análise ao conceito de renda individual do trabalho, mas apresentamos no apêndice (slides) os mesmos dados em termos domiciliar per capita. Todos os gráficos são acompanhados de variações entre os trimestres 2014.T4 e 2019.T2, detalhando a trajetória em dois subperíodos, (i) entre 2014.T4 a 2017T1; (ii) e entre 2017.T1 a 2019.T2.

**Média** - Descrevemos a trajetória da renda média do trabalho em bases trimestrais. O gráfico revela menores níveis de renda dos jovens, com queda de cerca de quatro vezes mais acentuada dos jovens (-14,7%) que a do conjunto da população (-3,7%) entre 2014.T4 e 2019.T2.

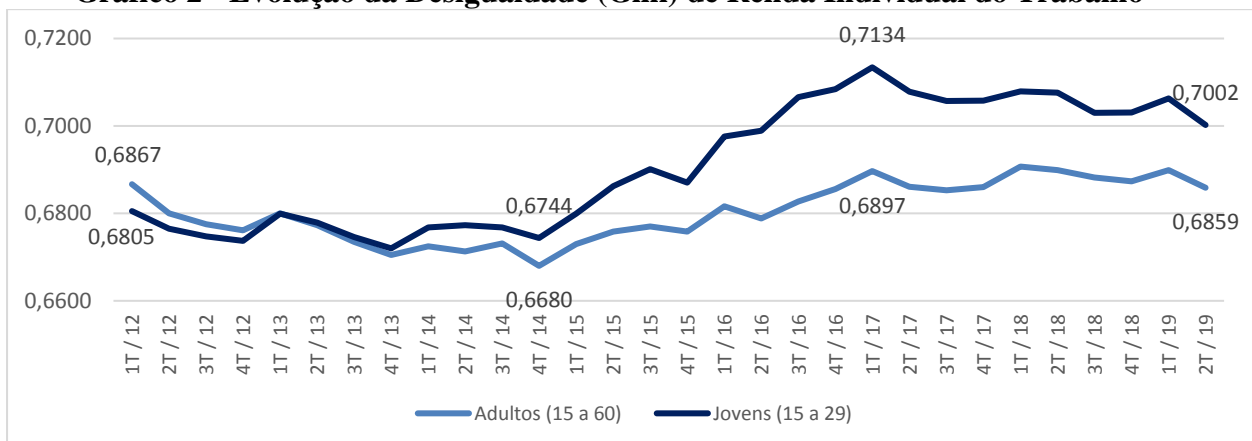
**Gráfico 1 - Evolução da Média de Renda Real Individual do Trabalho (R\$)**



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE. Renda Habitual do Trabalho.

**Desigualdade de renda** - O índice de Gini, que é a medida mais popular de desigualdade, variando entre 0 (perfeita igualdade) e 1 (perfeita iniquidade) apresenta tendência ascendente após o último trimestre de 2014. Há um aumento de desigualdade de 3,8% entre os jovens contra 2,7% do conjunto da população neste período até 2019.T2. Atkinson (2015) define uma mudança de desigualdade relevante como de 3 pontos do índice de Gini fato que foi alcançado pelo segmento jovem entre 2014.T4 até o pico da série em 2019.T2.

**Gráfico 2 - Evolução da Desigualdade (Gini) de Renda Individual do Trabalho**

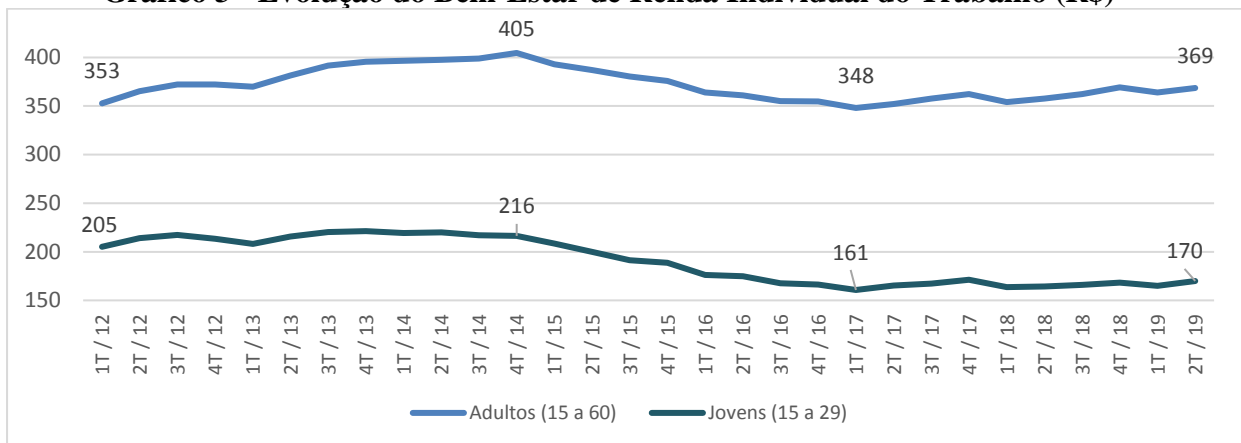


Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE. Renda Habitual do Trabalho.



**Bem-Estar Social** - O passo seguinte é integramos as mudanças no crescimento e no complemento da desigualdade, leia-se equidade, como componentes da medição do bem-estar geral dos jovens, tal como proposto por Amartya Sen. O conceito de bem-estar social desconta as diferenças de renda entre brasileiros da média geral de renda. Em termos de mudanças ao longo do tempo, a ideia é: se o bolo cresce mais no topo do que na base, o crescimento do bem-estar será menor que o da renda média, que não leva em conta a repartição dos ganhos. Ou seja, o bem estar é uma média, que ao dar mais peso aos mais pobres, enxerga a desigualdade entre pessoas<sup>3</sup>. As duas forças se sobrepõem tanto no nível como na mudança de bem-estar social. Isto é, os jovens desfrutam de menor bem-estar porque a renda e a desigualdade são menores em todo o período mas ambas as dimensões pioraram mais entre os jovens. A variação de bem-estar no período entre 2014.T4 a 2019.T2 foi -21,4% nos jovens vis-à-vis 14% no conjunto da população.

**Gráfico 3 - Evolução do Bem-Estar de Renda Individual do Trabalho (R\$)**



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE. Renda Habitual do Trabalho.

O exercício realizado nesta seção busca dar uma visão geral da evolução dos principais elementos do bem-estar dos jovens. Observamos perdas duplas derivadas da redução da média de renda e aumento de sua dispersão entre os jovens maiores que para o conjunto da população adulta.

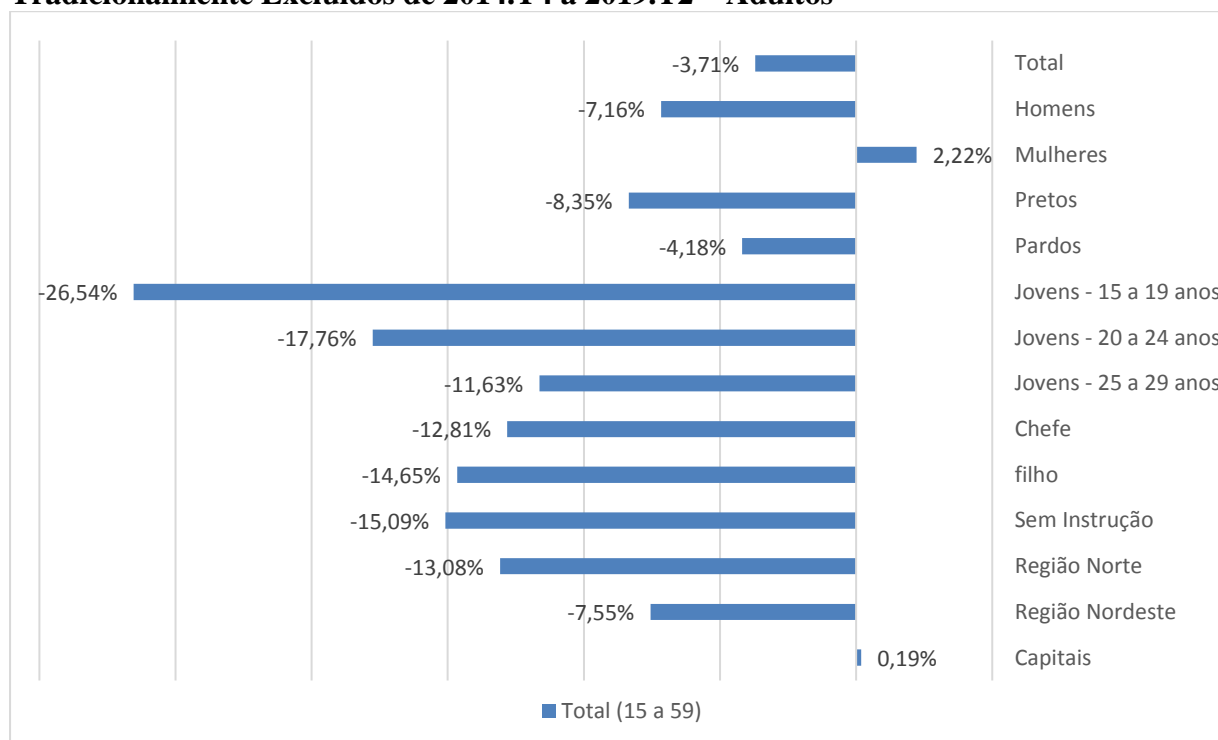
Da seguinte forma: Bem-Estar = Média (1 - desigualdade). A formulação de Sen usa medida de desigualdade mais popular que é o índice de Gini. Como o índice de Gini varia entre 0 a 1 – 0 uma sociedade perfeitamente igualitária onde todos são exatamente iguais e 1 uma sociedade onde uma só pessoa detém toda renda. O índice de equidade vai ser o inverso.

## Desigualdade Horizontal

Avaliamos as mudanças de renda entre grupos sócio-demográficos tradicionalmente excluídos.

**Os jovens perderam mais** - Observamos redução de renda em diferentes grupos, sociais tradicionalmente excluídos olhando por características e rendas individuais na população em idade ativa de 15 a 60 anos de idade. Cada um desses atributos nos ajuda a enxergar a face humana da deterioração trabalhista (gráfico abaixo). A nova PNADC revela severa queda de renda média do trabalho entre todos em idade ativa, não restrita somente aos ocupados. No período crítico de 2014.T4 a 2019.T2, a perda de renda média acumulada foi de -3,71%. Esta perda é mais forte entre os jovens adolescentes entre 15 e 19 anos (-26,54%) e entre jovens de 20 a 24 anos (-17,76%), seguido de analfabetos (-15,09%), moradores da região Norte (-13,08%), jovens adultos entre 25 e 29 anos (-11,63%), moradores da região Nordeste (-7,55%) e pessoas de cor preta (-8,35%), todos com redução de renda pelos menos duas vezes maior que a da média geral. O único grupo tradicionalmente excluído que não perde são as mulheres (2,22%) – (perdas dos homens -7,16%). Aqueles que ocupam a posição de filhos – posição associada aos jovens dado o piso de 15 anos de idade utilizado - também perderam (-14,65%).

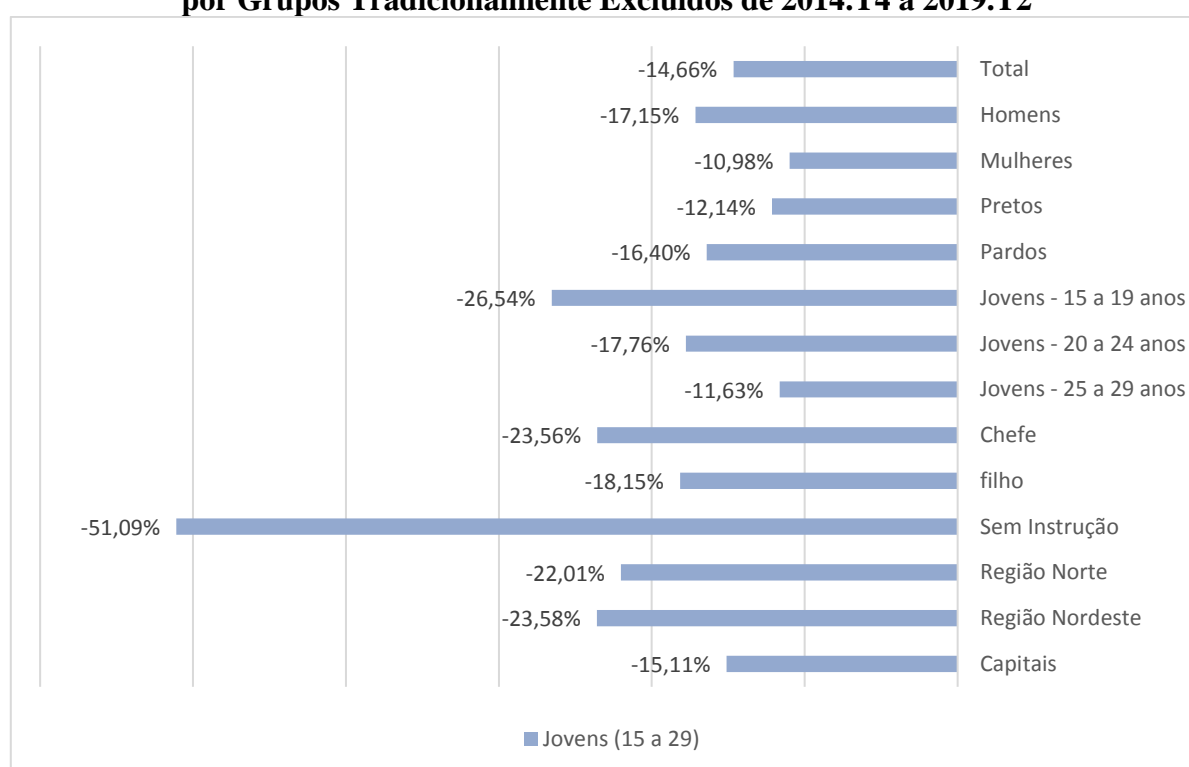
**Gráfico 4 - Taxas de Crescimento da Renda Individual Trabalho por Grupos Tradicionalmente Excluídos de 2014.T4 a 2019.T2 – Adultos**



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE. OBS: \* Renda Habitual – População em Idade Ativa 15 a 59 anos.

**Quem perdeu mais entre os jovens?** – No período crítico de 2014.T4 a 2019.T2, a perda de renda média acumulada dos jovens foi de -14,66%. Como vimos, esta perda é mais forte entre os jovens adolescentes entre 15 e 19 anos (-26,54%) e entre jovens de 20 a 24 anos (-17,76%). Agora, quando combinamos a informação dos jovens com a de outros atributos, as quedas são ainda mais significativas para os analfabetos (-51,1%), moradores da região Nordeste (-23,58%) moradores da região Norte (-22,01%), jovens adultos entre 25 e 29 anos (-11,63%), e pessoas de cor parda (-16,4%) e preta (-8,35%), todos com redução de renda pelos menos duas vezes maior que a da média geral. Mesmo as mulheres, que não haviam perdido na população total, agora têm perdas (-10,98%), ainda que menores que dos homens (-17,15%). Aqueles que ocupam a posição de filhos e são jovens também perdem mais (-18,15%) do que o conjunto de filhos.

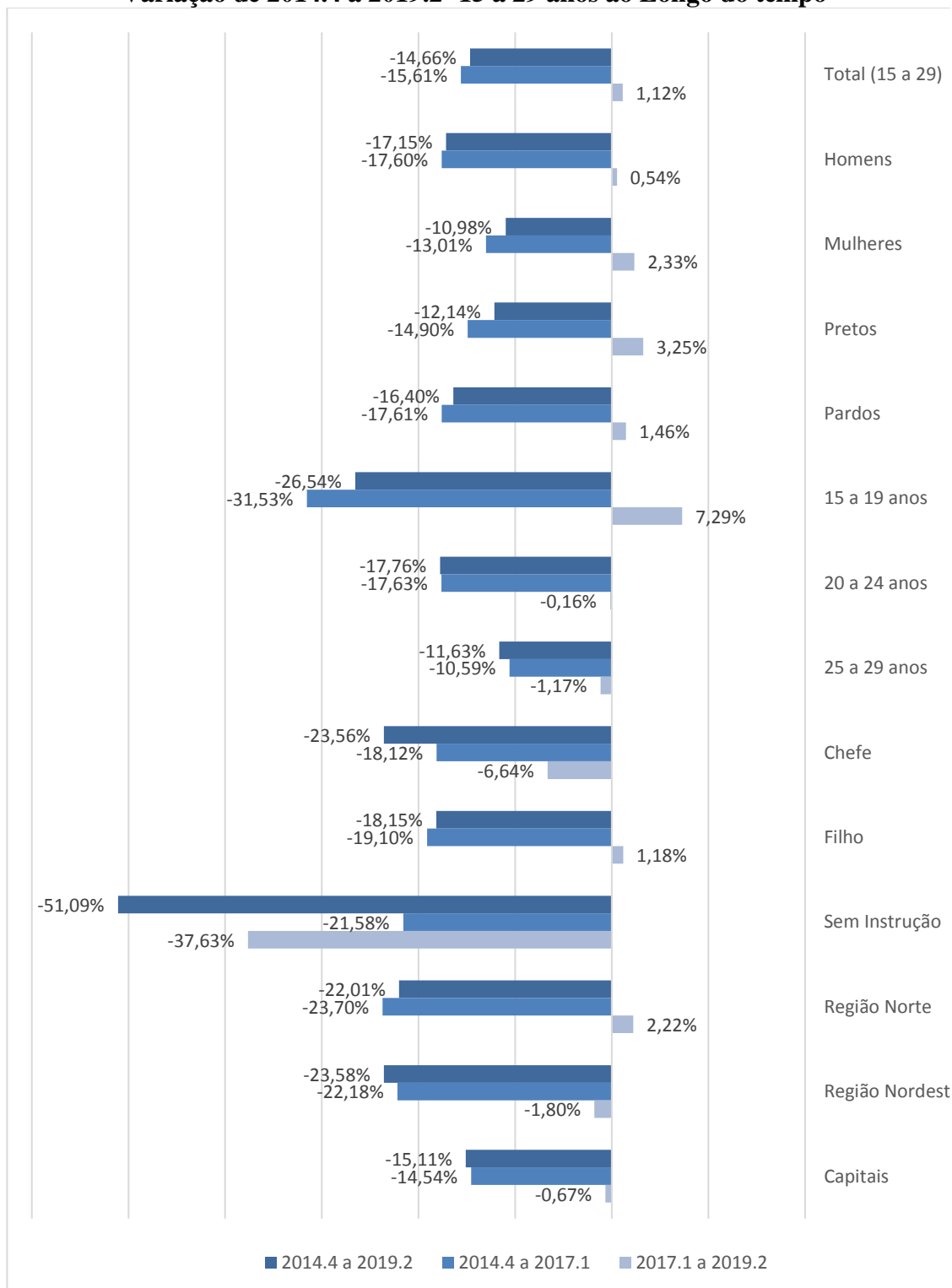
**Gráfico 5 - Taxas de Crescimento da Renda Individual Trabalho dos Jovens Abertas por Grupos Tradicionalmente Excluídos de 2014.T4 a 2019.T2**



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE.  
 OBS: \* Renda Habitual Individual do Trabalho – População entre 15 e 29 anos.

**Quando foi a perda dos jovens?** – Dividimos o período de perdas em duas metades e apresentamos o período total. Nota-se uma ligeira recuperação na média de renda dos jovens e na maior parte dos grupos no período de 2017.T1 a 2019.T2.

**Gráfico 6 - Renda Média Geral por Grupos -  
Variação de 2014.4 a 2019.2 -15 a 29 anos ao Longo do tempo**



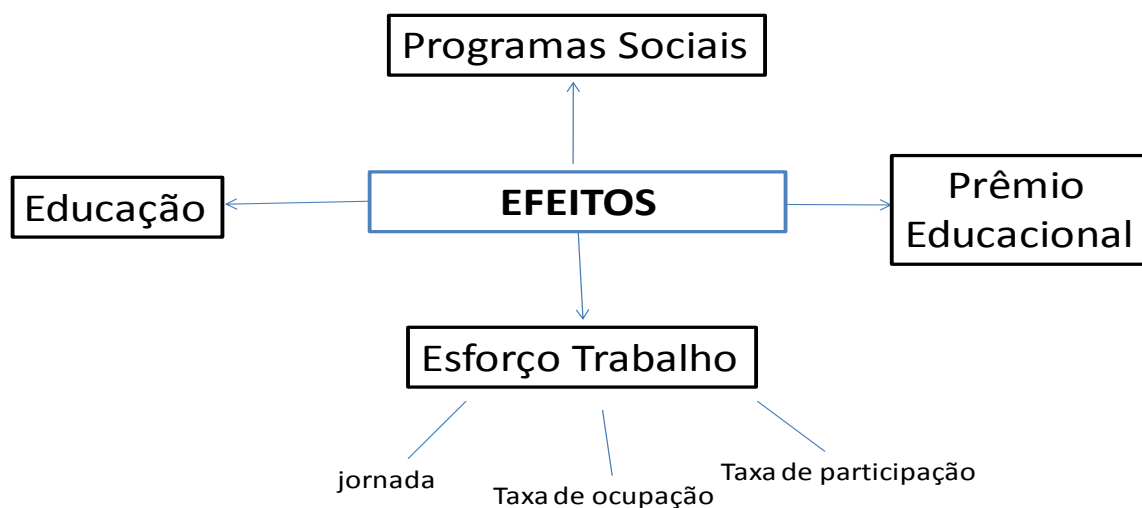
Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE.  
OBS: \* Renda Habitual Individual do Trabalho – População entre 15 e 29 anos.

### 3. Integrando Impactos sobre a Distribuição de Renda Trabalhista dos Jovens

A discussão sobre mercado de trabalho está cada vez mais complexa pelas mudanças ocorridas no mundo do emprego, do sub-emprego e do empreendedorismo, como também pelo lado dos respectivos indicadores. Tratamos cotidianamente de uma gama ampla de dimensões, como desemprego, trabalhador desencorajado, participação no mercado de trabalho, subutilização de mão de obra, jornada de trabalho, informalidade, benefícios trabalhistas, salários, etc... que apontam mudanças em direções e/ou velocidades diversas. Fica difícil obter um resumo da ópera trabalhista que forneça a magnitude total do problema e a relação das partes com o todo. Outro elemento que integra - implícita ou explicitamente - a análise do desempenho trabalhista é a educação, seja pela evolução da escolaridade da população ou pelo retorno proporcionado pela mesma em termos de maiores salários.

Uma linha de simplificação possível é que vários destes fatores citados afetam diretamente o rendimento do trabalho - incluindo os que não têm trabalho - que seria um fio condutor desta integração. Propomos uma visão panorâmica que advém de uma espécie de metodologia Lego - o brinquedo de montar - explicitando os pedaços dos níveis e das mudanças de renda trabalhista do brasileiro. Esta metodologia é simples e direta, medindo como a renda oriunda do mercado de trabalho é explicada por ingredientes trabalhistas clássicos, tais como taxas de desemprego e de participação, a extensão da jornada semanal de trabalho, escolaridade formal e o retorno da educação em termos de rendimentos. Estes elementos, ao fim e ao cabo, determinam o total de rendimento de trabalho auferido pelas pessoas.

**Figura 1 – Determinantes das Variações da Desigualdade de Renda**

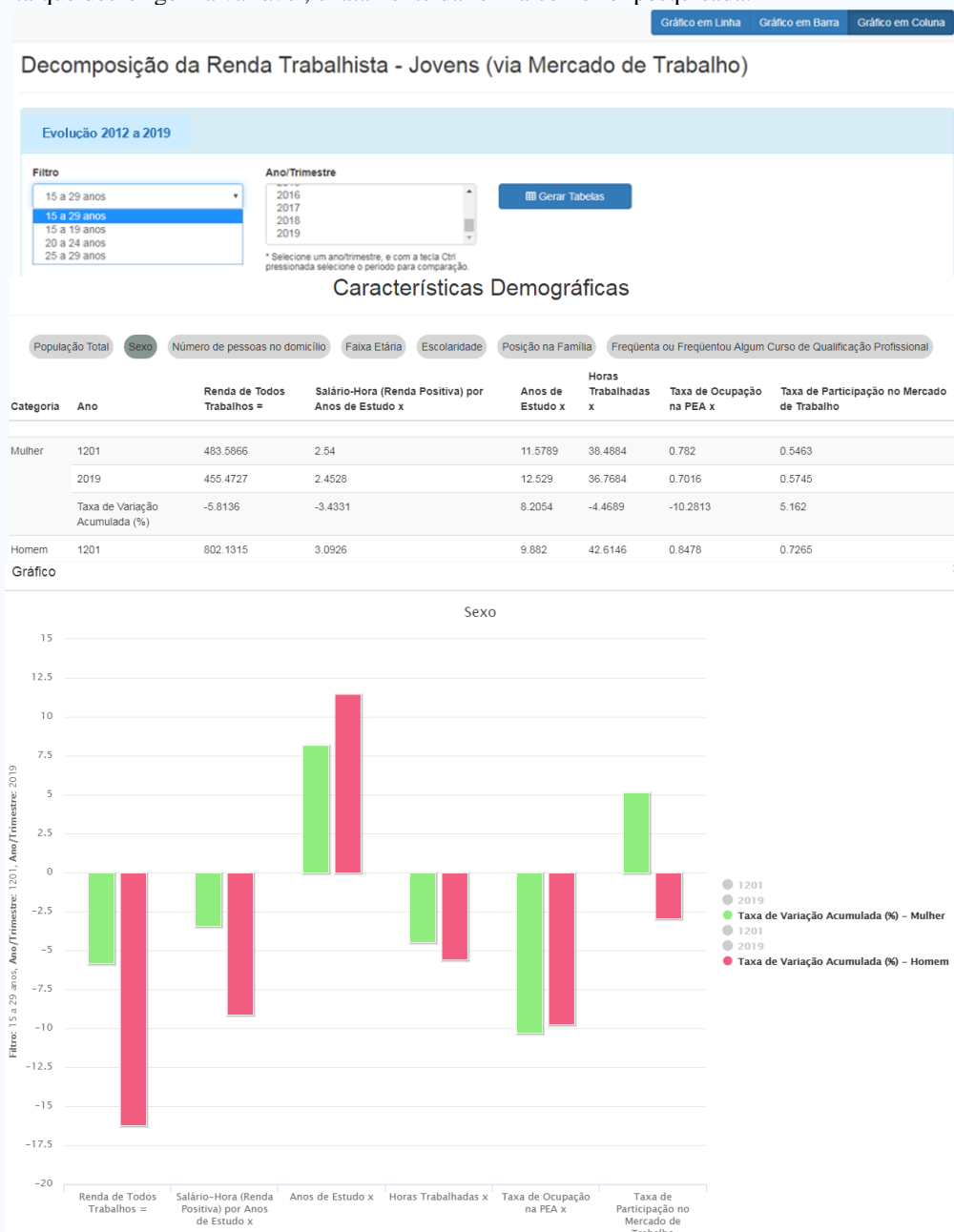


## Panorama da Decomposição da Renda via Mercado de Trabalho [Link](#)

A riqueza de informações da PNADC permite decompor a renda dos habitantes em diversos pedaços. Utilizamos aqui uma metodologia que mapeia os impactos de cada um dos principais ingredientes trabalhistas em termos do total de renda auferida individualmente por cada pessoa. Nesse caso, a renda aqui é resultado da multiplicação de diferentes fatores como:

$$\text{RENDA DE TODOS TRABALHOS} = \frac{\text{SALÁRIO} / (\text{JORNADA} * \text{EDUCAÇÃO})}{\text{NÍVEL DE EDUCAÇÃO} * \text{JORNADA} * \frac{\text{NÚMERO DE OCUPADOS} / \text{POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)}}{\text{POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)} / \text{POPULAÇÃO TOTAL}}$$

A fim de facilitar a análise, criamos um dispositivo para consulta aos dados que nos permite comparar o desempenho trabalhista daqueles que possuem um determinado atributo, por exemplo, os que frequentam a escola e os que não frequentam. A seguir, um quadro das variáveis disponíveis para cruzamento: i) características sócio-demográficas como sexo, idade, anos de estudo, raça, a posição na família; ii) características do produtor como posição na ocupação, contribuição, educação e acesso a ativos digitais; iii) características do consumidor como acesso a bens de consumo e serviços. Para saber mais sobre a característica analisada, basta clicar com o mouse em cima do item a ser analisado que aparecerá a pergunta que deu origem a variável, exatamente da forma como foi pesquisada.



Esta abordagem permite tratar dos níveis como das mudanças dos indicadores, abordar a média como a desigualdade. Trabalhamos com a faixa etária em idade ativa.

### **Interpretando os Determinantes das Variações da Distribuição de Renda**

(leia-se: Efeitos Desemprego, Retorno da Educação, Oferta de Trabalho...)

Esta metodologia de decomposição permite integrar em torno das variações de renda total (e dos diferenciais destas variações entre grupos) estes diferentes componentes que em geral estão dispersos em análises isoladas. Desconstruímos, através desta metodologia, os pedaços da expansão de renda progressiva (2001 a 2009) na renda média.

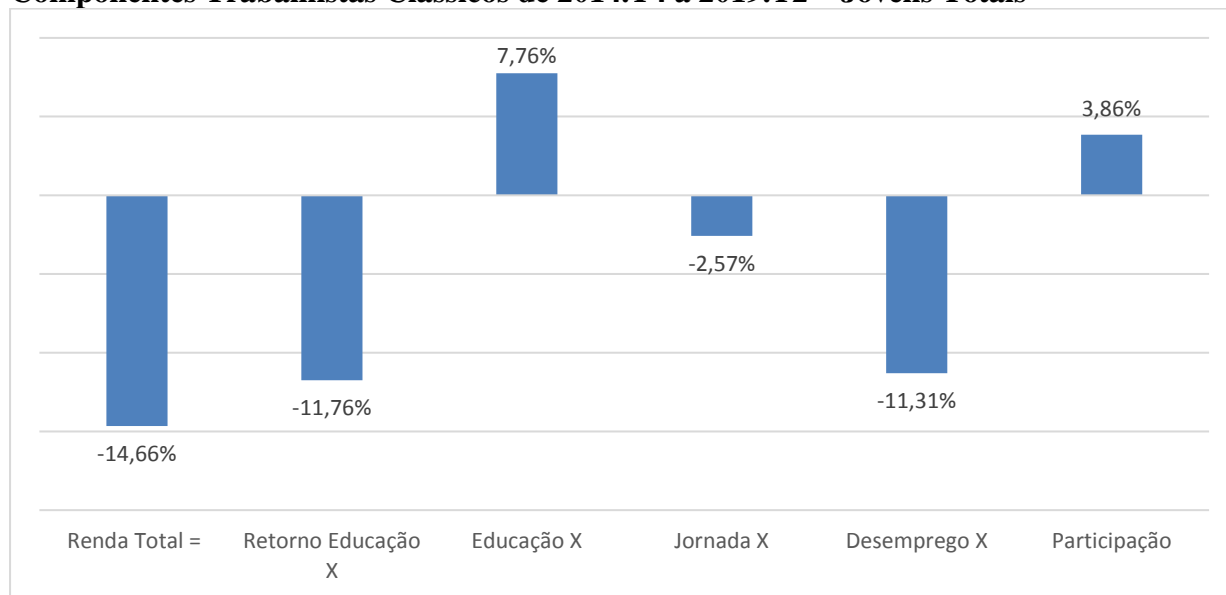
**Por que piorou a média?** – Olhando especificamente para o período crítico entre 2014.T4 a 2019.T2 (gráfico na página seguinte) a resposta curta para a queda da renda média foram a queda do valor da educação e o aumento do desemprego, embora os aumentos do nível de educação dos ocupados e da participação no mercado de trabalho tenha atenuado os efeitos sobre o rendimento do trabalho e sobre a ocupação dos jovens.

Senão vejamos: O aumento da taxa de desemprego explica 11,31 pontos de porcentagem da queda de renda. Isto é, se neste interim tudo mais ficasse parado, como salário, jornada de trabalho, taxa de participação no mercado de trabalho etc... a queda de renda coincidiria com estes -11,31 pontos de porcentagem contra -14,66 pontos de porcentagem da totalidade da queda de renda. Isto porque outros ingredientes trabalhistas atenuaram a queda de renda. Em particular, o aumento da taxa de participação de 3,86 pontos de porcentagem sugere encorajamento daquele que estava fora do mercado participar ativamente do mercado de trabalho. Os três elementos ligados ao rendimento médio do trabalho gerando perda combinada de 4,91 pontos de porcentagem no período: salário-hora por ano de estudo (retorno da educação) (-11,76 pontos de porcentagem), anos de estudo (7,76 pontos de porcentagem) e jornada de trabalho (-2,57 pontos de porcentagem).

Em suma, depois do valor da educação (-11,76 pontos de porcentagem), o desemprego foi o segundo principal responsável pela queda de poder de compra dos jovens brasileiros, representando no período em questão -11,31 pontos de porcentagem da queda de renda. Desemprego é sinal de desajuste do mercado de trabalho e de frustração. A maioria dos ocupados passa a temer cair no desemprego, e por precaução reprimem a sua demanda por bens

e serviços. A crise fiscal crônica confere credibilidade à ideia de que o Estado não vai poder socorrer aos cidadãos em apuros, reforçando outros comportamentos precaucionais na demanda.

**Gráfico 7 - Decomposição da Taxa de Crescimento da Renda Individual Trabalho por Componentes Trabalhistas Clássicos de 2014.T4 a 2019.T2 – Jovens Totais**



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE.  
OBS: \* Renda Habitual Individual do Trabalho – População entre 15 e 29 anos

**Por que piorou a desigualdade entre jovens?** A fim de captarmos os efeitos de variações destes componentes trabalhistas sobre a desigualdade de renda entre jovens, trabalhamos com a população abaixo da mediana de renda domiciliar per capita de todas as faixas etárias focando na população entre 15 e 29 anos de idade.

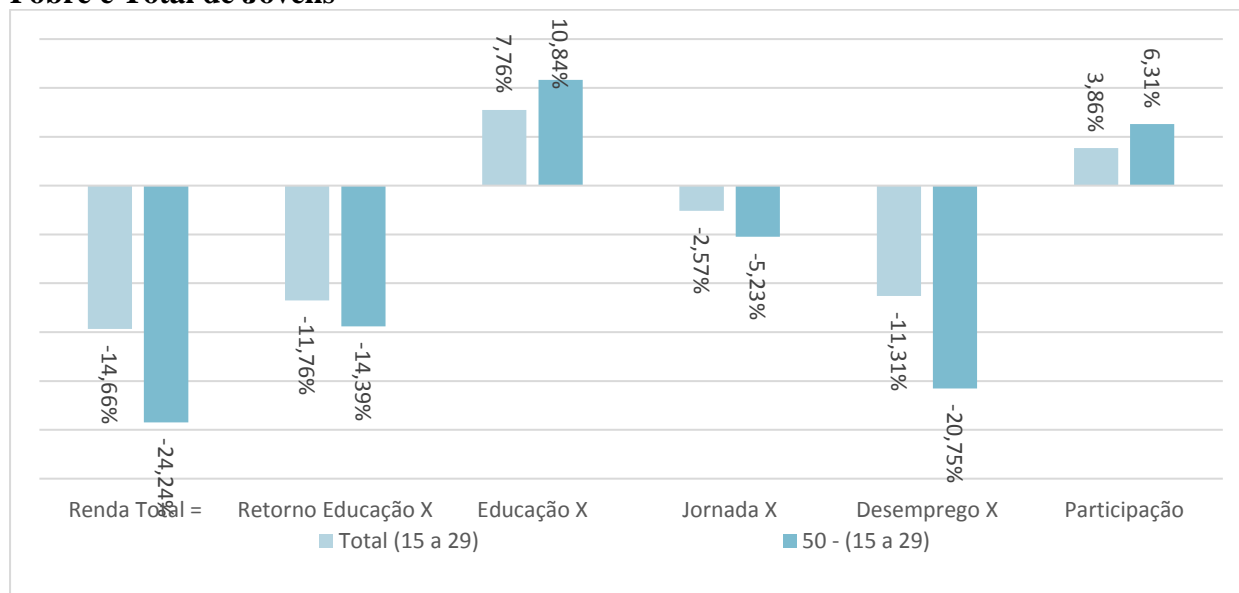
Começamos com uma análise mais geral das mudanças da desigualdade, enfocando as mudanças de renda de todas as fontes dos 50% mais pobres. A renda da metade mais pobre da distribuição de renda caiu 24,24% contra 14,66% da média geral de todos em idade dos jovens. Ou seja, uma perda de quase 10 pontos de porcentagem mais desfavorável à base, que é uma medida de desigualdade.

Agora, por que a equidade caiu entre jovens? A resposta dada pelos ingredientes, onde a queda da metade mais pobre é maior que a da do total no gráfico abaixo, inclui o desemprego, o retorno da educação e a jornada de trabalho. Entre os elementos que diminuíram a



concentração de renda trabalhista entre os jovens são os mesmos que fizeram a média cair menos, como a taxa de participação no mercado de trabalho

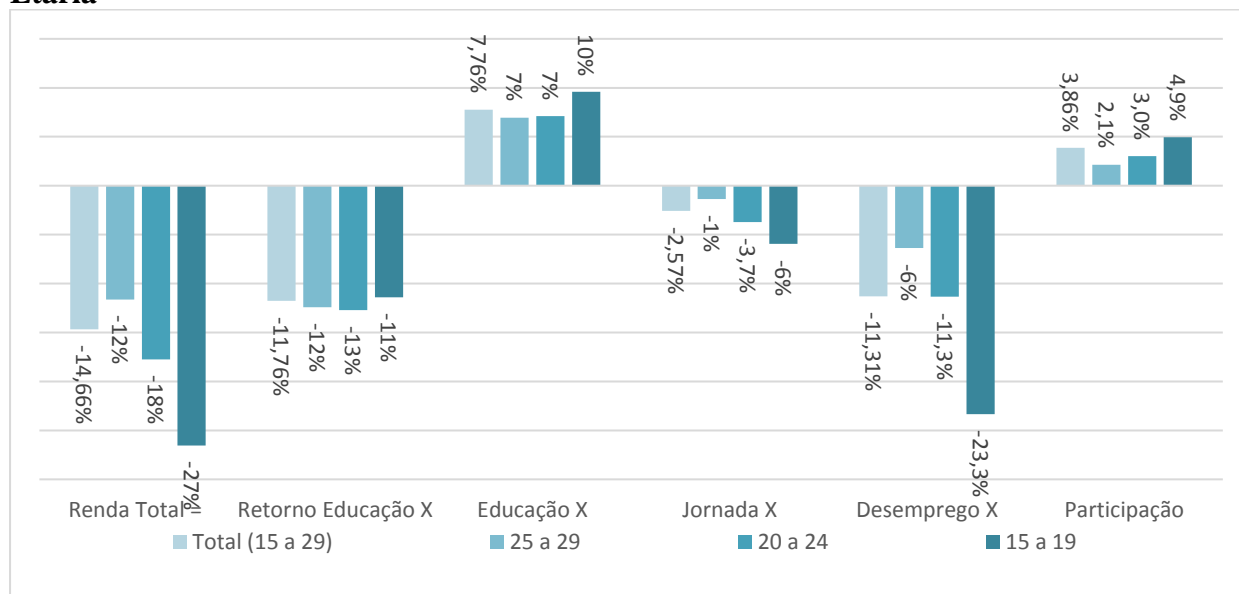
**Gráfico 8 - Decomposição da Taxa de Crescimento da Renda Individual Trabalho por Componentes Trabalhistas Clássicos de 2014.T4 a 2019.T2 – Jovens da Metade mais Pobre e Total de Jovens**



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE.  
 OBS: \* Renda Habitual Individual do Trabalho – População entre 15 e 29 anos

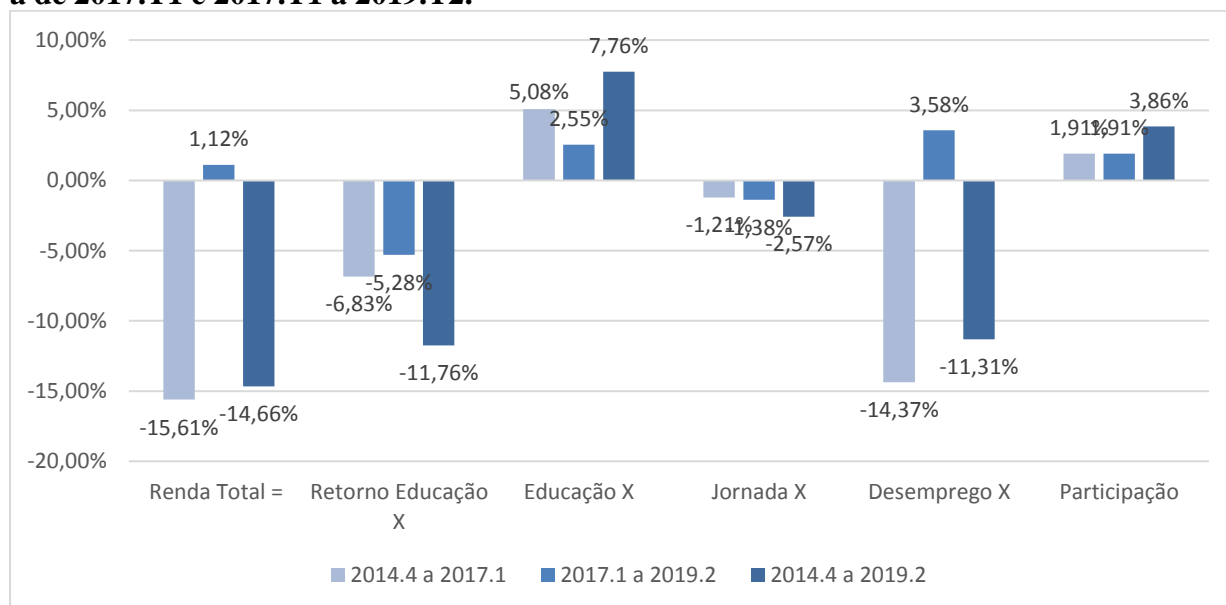
**Por faixa etária** - Ao abrir o período de crise em duas partes observamos que a deterioração trabalhista ocorreu entre 2014.T4 a 2017.T1 e 2017.T1 a 2019.T2. A queda de renda do período total apresenta mudanças diferenciadas de acordo com a faixa etária dos jovens, sendo maior entre os jovens adolescentes entre 15 e 19 anos de idade (-27%), por conta de um maior efeito do aumento do desemprego como o principal diferencial versus as demais faixas etárias.

**Gráfico 9 - Decomposição da Taxa de Crescimento da Renda Individual Trabalho por Componentes Trabalhistas Clássicos de 2014.T4 a 2019.T2 – Jovens abertos por Faixa Etária**



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE. OBS: \* Renda Habitual Individual do Trabalho – População entre 15 e 29 anos

**Gráfico 10 - Decomposição da Taxa de Crescimento da Renda Individual Trabalho por Componentes Trabalhistas Clássicos – Jovens abertos por Períodos de Tempo de 2014.T4 a de 2017.T1 e 2017.T1 a 2019.T2.**



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC trimestral/IBGE. OBS: \* Renda Habitual Individual do Trabalho – População entre 15 e 29 anos

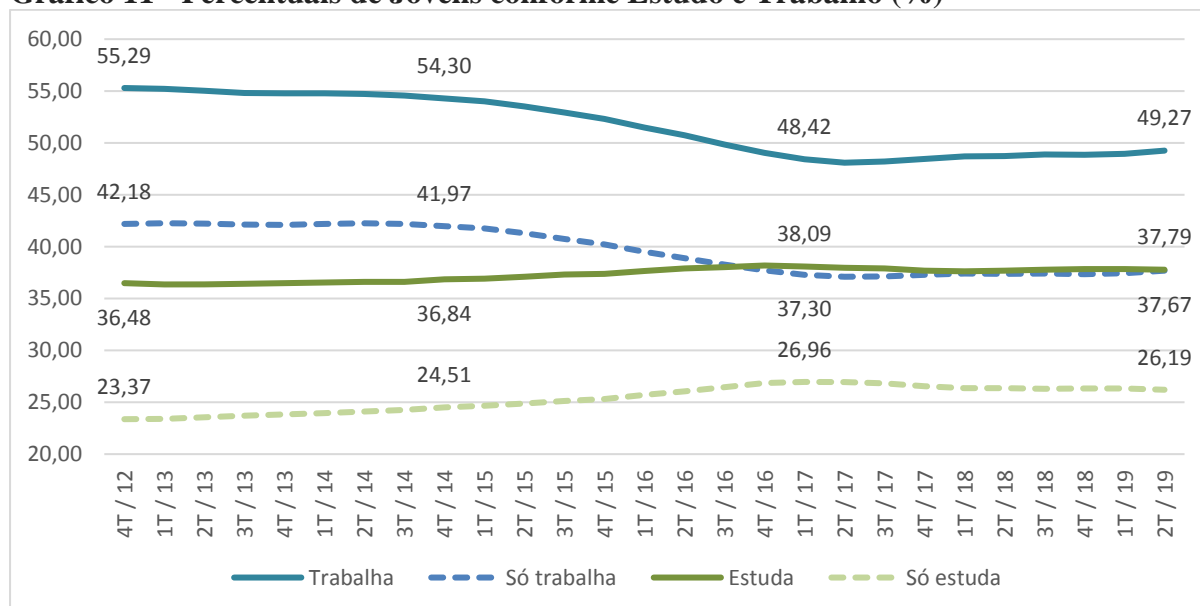
#### 4. A Involução dos Nem-Nem

Os percentuais de jovens com e sem trabalho, como já se destacou, foram diretamente impactados tanto pela profunda recessão quanto pela tênue recuperação econômica que se seguiram nos últimos anos. Mas e a combinação da dinâmica trabalhista e educacional, como se portou neste período?

O investimento de tempo dos jovens na educação mudou pouco e o percentual sem trabalho aumentou. Foi a maior dificuldade em conseguir ocupação trazida pela crise econômica que piorou as estatísticas de jovens que nem estudam nem trabalham, os chamados “nem-nem”. Os gráficos abaixo mostram várias curvas, todas com médias móveis de 4 trimestres, que ajudam a entender a mudança no patamar desse problema durante a recessão.

A linha mais alta da figura a seguir, com o percentual de jovens que trabalham, é a mais afetada pela economia e a que mais afeta o percentual de “nem-nem”. Entre os jovens trabalhadores, o que também cai na crise é o percentual que só trabalha, sem estudar. O percentual de estudantes até aumentava durante a recessão, puxado exclusivamente pelos jovens que só estudavam.

**Gráfico 11 - Percentuais de Jovens conforme Estudo e Trabalho (%)**

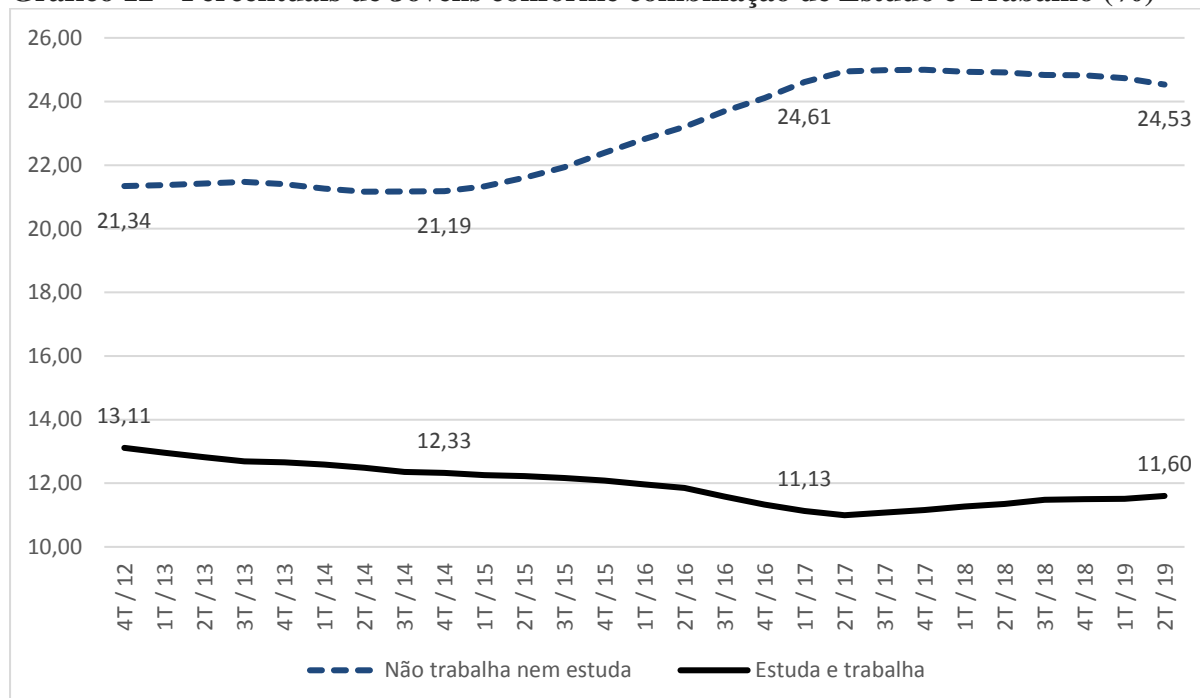


Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC Trimestral /IBGE – Atlas das Juventudes.

No gráfico abaixo, o percentual dos que estudam e trabalham é representado pela linha contínua e dos que não estudam nem trabalham, os chamados nem-nem, é representado na linha tracejada. Conforme esperado, as linhas divergem no período de desaceleração econômica. A linha dos nem-nem, que é a mais central aqui, oscila de 21,34% a 21,19% antes da recessão,

que a eleva em 3,42 p.p. No período de leve recuperação econômica, a taxa oscila de 24,61% a 24,53%.

**Gráfico 12 - Percentuais de Jovens conforme combinação de Estudo e Trabalho (%)**



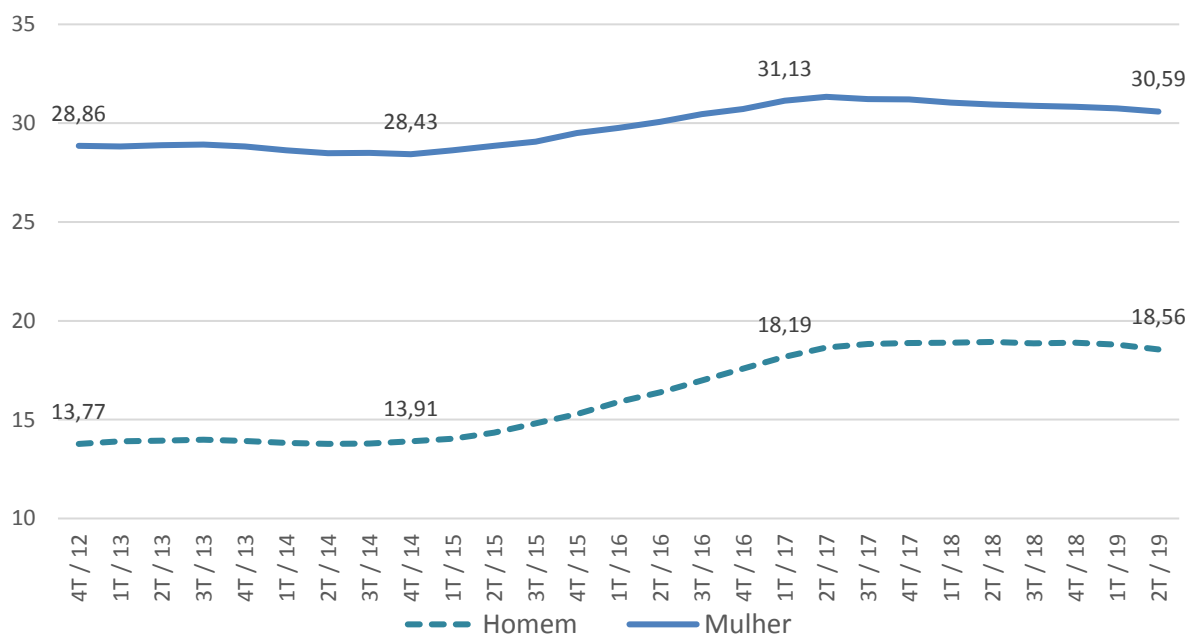
Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC Trimestral /IBGE – Atlas das Juventudes.

De maneira geral, diminuiu o grupo que conciliava estudo e trabalho. Na tême recuperação experimentada desde o início de 2017, os que mais contribuem para a alta da ocupação juvenil são justamente os jovens que estudam e trabalham ao mesmo tempo. Esse grupo aumenta em 0,47 p.p. (ou 4,2% sobre a taxa inicial), enquanto o de jovens que só trabalham cresce apenas 0,37 p.p. (ou 1% sobre a taxa inicial). Enquanto muitos deixaram de só trabalhar, muito passaram a ficar sem trabalho nem estudo, o que faz a curva azul clara do gráfico anterior e a tracejada dos “nem-nem” parecerem espelhadas.

**Nem Nem por Gênero** - O gráfico a seguir mostra que o risco de ser jovem “nem-nem” afeta desproporcionalmente as mulheres, desigualmente responsabilizadas por trabalhos domésticos, especialmente em domicílios com crianças. A frequência à escola delas (38,6% nos últimos 4 trimestres) é até maior que a deles (37,0%), mas o percentual de ocupados delas (42,1%) é muito menor que o deles (56,3%). No início das séries mostradas no gráfico, o risco de ser “nem-nem” delas (28,86%) era mais que o dobro do observado entre eles (13,77%), mas essa diferença tem diminuído ao longo dos anos.

Os homens, mais propensos a só trabalhar (sem estudar) do que as mulheres, foram os mais afetados pela recessão, piorando mais seu percentual de “nem-nem”. Enquanto o delas subiu 2,7 p.p., chegando a altíssimos 31,13% sem estudar nem trabalhar, o deles subiu 4,28 p.p., até 18,19%. Desde o início de 2017, a taxas delas diminuiu 0,57 p.p., enquanto a deles aumentou 0,37 p.p.

**Gráfico 13 - Percentuais de nem-nem por sexo**

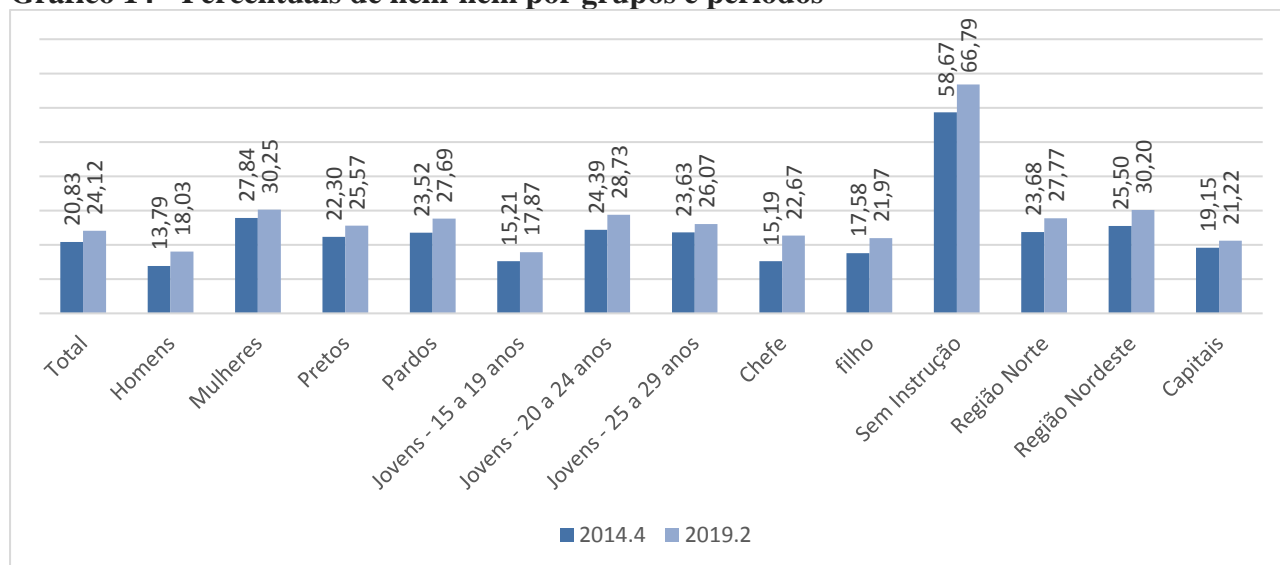


Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC Trimestral /IBGE – Atlas das Juventudes.

Como foi destacado, a economia afeta mais a entrada no mercado de trabalho do que a frequência à escola dos jovens, que varia pouco ao longo dos últimos anos. Enquanto a recessão fechou portas de entrada no mercado de trabalho, perdeu-se também a oportunidade de investir mais na educação dos jovens, cujo percentual sem estudo e sem trabalho subiu de patamar. À medida que a economia volta a registrar algum crescimento – lento, mas positivo – o percentual com trabalho volta a registrar algum acréscimo. É nesse momento que a educação acumulada pode fazer mais diferença, para os próprios jovens e para o país.

**Diferenças de Nem-nem** – Olhando para a diversidade da taxa daqueles que não trabalham ou estudam entre segmentos diversos de jovens colocados lado a lado, observamos as maiores taxas: sem instrução (66,79% em 2019.2); mulheres (30,25%); Nordeste (30,20%); 25 a 24 anos (28,73%); pardos (27,69%).

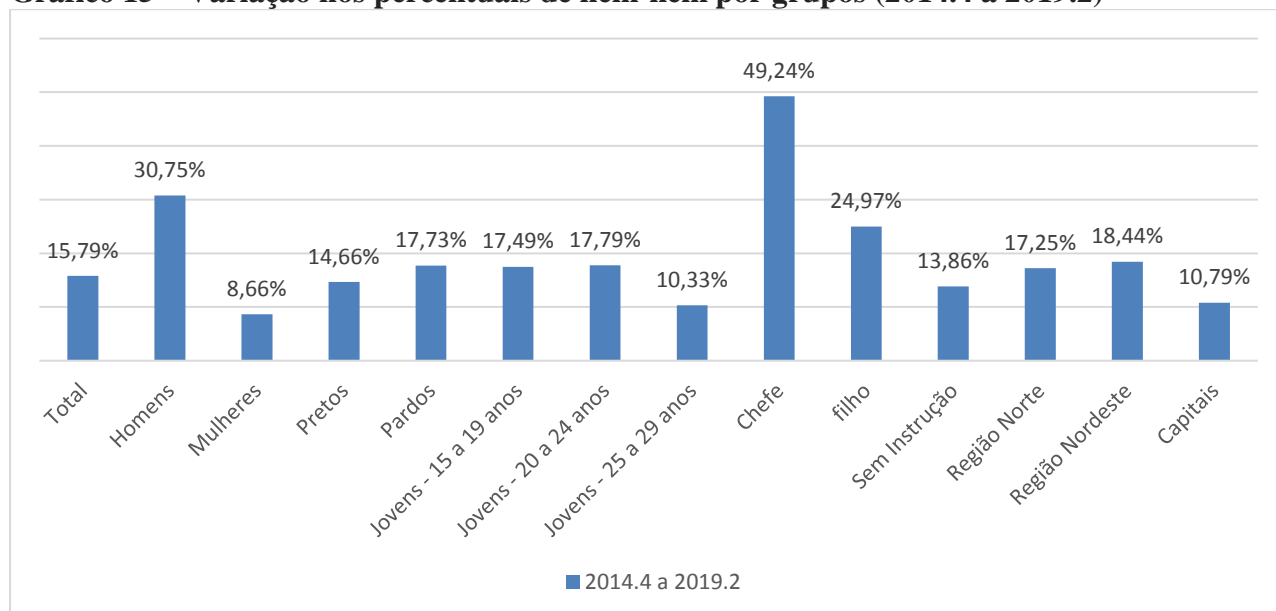
**Gráfico 14 - Percentuais de nem-nem por grupos e períodos**



Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC Trimestral /IBGE – Atlas das Juventudes.

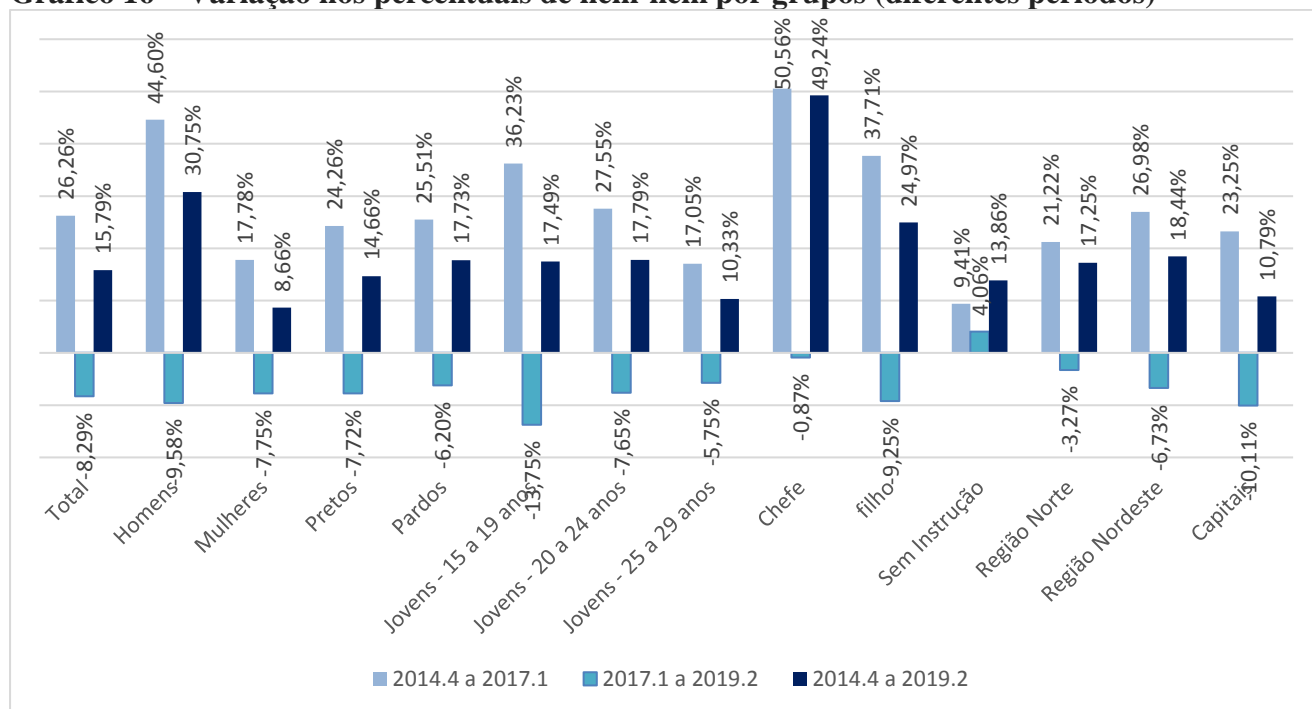
Para saber como evoluíram as taxas de nem nem no último período de análise, basta olharmos para o gráfico abaixo. Os jovens que são chefes de domicílio foram os que apresentaram maior aumento no percentual (49,24% entre 2014.4 e 2019.2), seguidos pelo grupo dos homens (30,75%) e filhos (24,97%). O gráfico seguinte apresenta as mesmas informações para outros momentos no tempo.

**Gráfico 15 – Variação nos percentuais de nem-nem por grupos (2014.4 a 2019.2)**



Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC Trimestral /IBGE – Atlas das Juventudes.

**Gráfico 16 – Variação nos percentuais de nem-nem por grupos (diferentes períodos)**



Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNADC Trimestral /IBGE – Atlas das Juventudes.

## 5. Conclusão (Resumo)

O objetivo deste estudo é caracterizar a evolução trabalhista e educacional dos jovens de 15 a 29 anos. Disponibilizamos na página da pesquisa banco de dados interativo que permite explorar diversidade de trajetórias observadas neste segmento e seus fatores determinantes. [Link](#)

Os últimos microdados da PNADC disponíveis revelam que os jovens foram os maiores perdedores de renda do trabalho nos últimos cinco anos. Enquanto outros grupos tradicionalmente excluídos - como analfabetos, negros e moradores da regiões Norte e Nordeste - apresentam reduções de renda pelos menos duas vezes maior que a da média geral, a perda foi 5 e 7 vezes mais forte entre jovens de 20 a 24 anos e entre os jovens adolescentes, respectivamente. Há aumento de desigualdade de renda entre os jovens de 15 a 29 anos 41,2% maior que o marcado aumento observado para o conjunto da população, indicando a necessidade de entender a dinâmica dos diversos segmentos juvenis. Senão vejamos: entre o quarto trimestre de 2014 e o segundo trimestre de 2019, a perda de renda média acumulada de -14,66% dos jovens foi menos expressiva que a de alguns segmentos de jovens: 15 e 19 anos (-26,54%), 20 e 24 anos (-17,76%), nordestinos (-23,58%) e analfabetos (-51,1%).

De maneira geral, entre os jovens, a renda da metade mais pobre caiu -24,24% contra -14,66% da média geral. Os fatores de queda de renda e de aumento de desigualdade entre os jovens são os mesmos: aumento de desemprego, redução de jornada de trabalho e queda do salário por hora/ano de estudo. Por outro lado, os anos de estudo e a participação trabalhista - que são as variáveis mais sob o controle dos jovens - atenuam os efeitos desta recessão excludente.

Em meio a esta tragédia juvenil há algumas novas direções positivas: (i) a partir do primeiro trimestre de 2017 as perdas da média e da desigualdade de renda desses jovens são interrompidas. (ii) O governo federal anuncia o lançamento da redução de encargos trabalhistas de cerca de 30% do primeiro emprego para jovens de 18 a 29 anos. (iii) há melhoras ainda que modestas na frequência escolar do jovem. Mas o resumo da ópera da juventude é ruim. A proporção deles que não estudam nem trabalham sobe de 23,4% em 2014 para 26,2% 2019<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Isto significa que a perda relativa dos jovens no período anterior foi ainda mais forte. O papel das recentes reformas trabalhistas e do ensino médio serão objeto mais detalhado de pesquisa.



## Apendice A:

### Metodologia de Decomposição Trabalhista

Diversas são as variáveis que caracterizam a performance trabalhista, tais como a ocupação, o desemprego, o salário, a extensão da jornada e da participação no mercado de trabalho, entre outras. Uma dificuldade é a integração destes diversos componentes num arcabouço comum. Pois sempre estamos comparando laranjas com bananas. Isto é, medidas baseadas em diferentes unidades, como horas, unidades monetárias e frações, etc. . Seguimos aqui mais uma vez a literatura de bem-estar utilizando como medida de desempenho social integradora a renda. Usamos aqui uma metodologia que mapeia os impactos da evolução de cada um dos principais ingredientes trabalhistas em termos do total de renda auferida individualmente por cada pessoa. Depois aplicamos aos 20% mais pobres e 20% mais ricos da população em cada ano para captar as razões da evolução trabalhista destes segmentos ao longo do tempo.

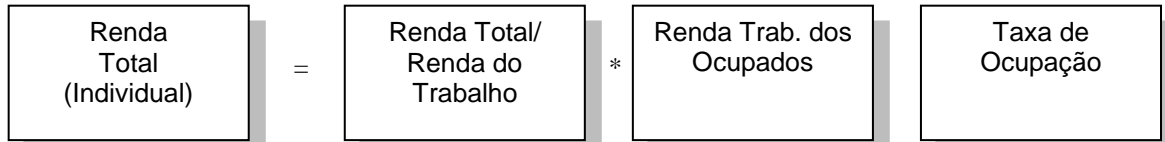
Inicialmente partimos da relação básica de que a renda total do indivíduo pode ser decomposta na relação entre renda total e renda do trabalho. Isto é obtido ao se multiplicar e dividir a renda total pela renda do trabalho e arrumando os termos de forma conveniente, já que a ordem dos fatores não altera o produto.

$$\begin{array}{|c|} \hline \text{Renda} \\ \text{Total} \\ \text{(Individual)} \\ \hline \end{array} = \begin{array}{|c|} \hline \text{Renda Total/} \\ \text{Renda do} \\ \text{Trabalho} \\ \hline \end{array} * \begin{array}{|c|} \hline \text{Renda do} \\ \text{Trabalho} \\ \hline \end{array}$$

***(RENDA TODAS AS FONTES DE RENDA / RENDA DE TODOS TRABALHOS):*** Razão entre a renda total e a renda proveniente do trabalho. Mede a importância relativa do salário na composição da renda total da pessoa (quanto maior o indicador, menor a importância relativa do trabalho e maior a de outras rendas como as advindas de programas sociais, pensões ou de transferências privadas).

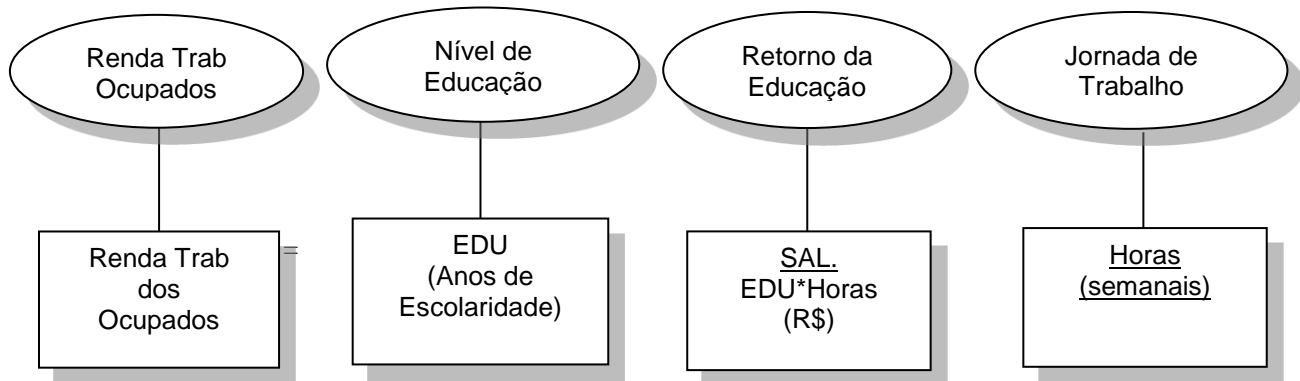
No esquema acima, o primeiro termo capta o papel de redes de proteção social advindas de políticas públicas e de transferências privadas em alavancar a renda do trabalho individual. Já o segundo termo sintetiza o desempenho trabalhista.

A seguir damos um passo além e dividimos a renda do trabalho em dois componentes: renda trabalhista daqueles que estão ocupados (i.e., salário dos empregados) e taxa de ocupação, multiplicando e dividindo os termos pelo número de ocupados. Chegamos assim aos três principais determinantes da renda aqui propostos:



Trabalhamos a seguir, com os dois últimos termos acima separadamente:

**i. Decomposição do salário dos que estão ocupados:**



**(SALÁRIO / JORNADA \* EDUCAÇÃO):** Razão entre o salário hora (remuneração média por cada hora trabalhada) e a educação média (anos completos de estudos). Mede o prêmio da educação no mercado de trabalho. Quanto maior o indicador, maior é a capacidade do indivíduo de transformar em renda cada unidade do investimento educacional realizado em cada hora trabalhada. Numa economia estagnada com muita oferta de educação tende a ser baixo. Este componente seria equivalente a produtividade do trabalho num mercado de trabalho competitivo.

**(NÍVEL DE EDUCAÇÃO):** Média de anos completos de estudos. Dá a magnitude do investimento realizado em capital humano.

**(JORNADA):** Média de horas trabalhadas nos dá a extensão do esforço empreendido.

Este tipo de distinção sobre o que impacta a renda é particularmente relevante. Por exemplo, entre uma duplicação da renda de trabalho resultante de dobrar a carga de trabalho e outra onde as horas ficam paradas e o salário-hora dobra, a maioria das pessoas vai preferir o segundo. Similarmente, aumentar a renda por que aumentou a escolaridade reflete a recuperação de um investimento na educação. Como Neri (2008) mostra, o prêmio da educação

no Brasil caiu não só porque aumentou a oferta na expansão educacional, que se acelera a partir de 1995, como ele cai mais que o aumento da oferta, o que é até certo ponto surpreendente, refletindo a estagnação trabalhista pós 1997.

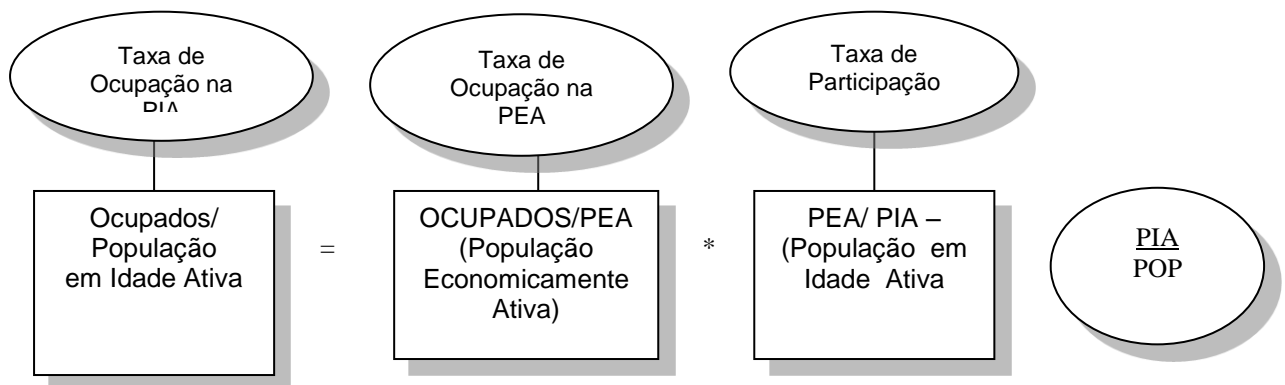
$$SAL = \left( \frac{SAL}{HOR * EDU} \right) * \left( EDU * HOR \right)$$

SAL = Renda do trabalho Salário

PEA = População Economicamente Ativa

POP = População

PIA = População em Idade Ativa

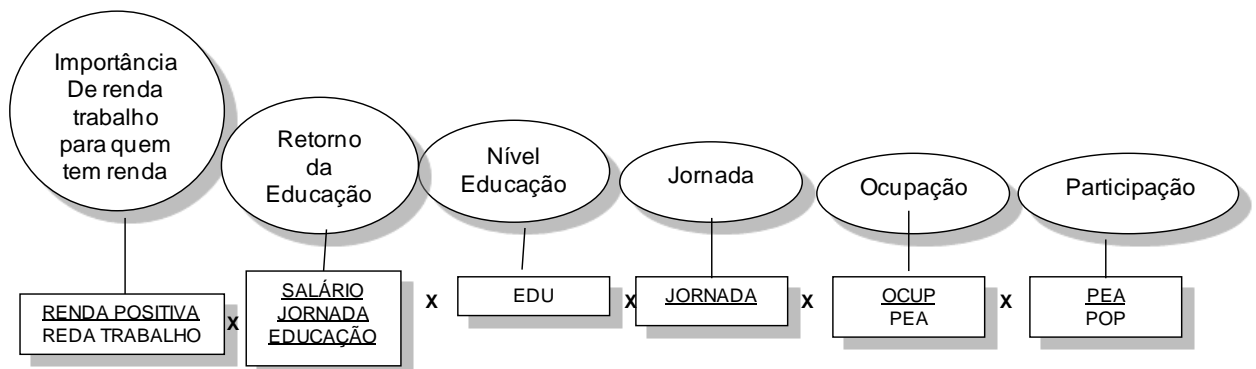


**(NÚMERO DE OCUPADOS / POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)):** Taxa de ocupação na população economicamente ativa. Mede a taxa de sucesso, ou seja, probabilidade de conseguir um emprego entre as pessoas que estão economicamente ativas (ocupadas ou desempregadas), ou seja, participando ativamente do mercado de trabalho. Este conceito corresponde ao complemento da definição clássica de desemprego. Por exemplo, se a estatística de ocupação for 75% então a taxa de desemprego será 25%, e assim por diante.

**(POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) / POPULAÇÃO TOTAL NA FAIXA ETÁRIA):** Taxa de participação no mercado de trabalho. Mede o nível de participação da população, incluindo aqueles indivíduos que estão exercendo algum tipo de trabalho (ocupados) e aqueles que não exercem, mas estão a procura de emprego (desempregados).

Neste exercício decomponemos a renda (incluindo outras fontes não trabalhistas) dos habitantes brasileiros em diferentes pedaços com o intuito de analisar o impacto de cada componente no total. Ou seja, é possível estimar a renda total das pessoas que estão entre os 20% mais pobres, como resultado de um conjunto de fatores (salário, educação, retorno educacional, ocupação, participação no mercado de trabalho e da complementação de outras fontes de renda como aquelas advindas de programas sociais). Cada um destes fatores impacta de diferente forma a renda total observada.

Esquema que reúne as variáveis utilizadas:



PEA = População Economicamente Ativa  
 POP = População Total  
 PIA = População em Idade Ativa